



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: [setortaquigrafiacma@gmail.com](mailto:setortaquigrafiacma@gmail.com)

### 4<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE MARÇO DE 2025

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/sessoes-extraordinarias>)

#### PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a pauta da 4<sup>a</sup> Sessão Extraordinária. Tem a ata, não é? Temos ata para ser inserida.

#### 2º SECRETÁRIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Senhor presidente, insiro a ata da 1<sup>a</sup> Sessão Extraordinária, 43<sup>a</sup> Legislatura, dia 25 de março de 2025 e insiro também a ata da 2<sup>a</sup> Sessão Extraordinária, 43<sup>a</sup> Legislatura, 25 de março de 2025.

#### PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Ata inserida. Vou pedir ao vereador Maurício Maravilha para fazer a leitura bíblica.

#### MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – LEITURA BÍBLICA

“De sorte que tenho glória em Jesus Cristo nas coisas que pertencem a Deus.”.  
Romanos 16:17.

#### PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Amém!

#### Pauta da 4<sup>a</sup> Sessão Extraordinária.

Projeto de Lei Complementar n°1/2025, em segunda votação, autoria do Poder Executivo. (Leu). Temos emendas. Só uma? Uma emenda só? Eu vou pedir que o pastor proceda com a leitura da emenda e o parecer na Comissão de Justiça.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Senhor presidente, como eu sou autor, não vou trazer a relatoria, vou passar a relatoria. Só vou aqui ler, primeiramente, para poder situar os colegas. Essa emenda altera o artigo 7º e, dentro do artigo 7º, tem de fato as atribuições. E a gente fez um ajuste aqui em acordo com o próprio Executivo, que ele está aqui alterando o artigo 91, que fica da seguinte forma: “A presidência dos conselhos de administração de cada uma das entidades da administração indireta do Poder Executivo Municipal deve ser exercida pelo secretário municipal a cujo órgão está legalmente vinculado à entidade a qual pertence o colegiado.” “§ 1º A presidência dos conselhos da EMURB, EMSURB e Funcaju será exercida pelo vice-prefeito e, na sua ausência ou impedimento, pelo secretário municipal a cujo órgão está legalmente vinculado à entidade.”. Veja, anteriormente, todas as pastas eram exercidas pelo vice-prefeito, pelo chefe de Executivo, e agora a gente está prestando aqui a emenda alterando para que apenas a EMSURB, a Funcaju e a EMURB fiquem... A presidência do conselho continue com o vice-prefeito e os demais de acordo com o secretário de cada respectiva pasta. E também fizemos um ajuste em relação às funções da Secretaria de Cultura. Relatoria, vereador Isac, Vossa Excelência, relator da emenda. Para dar o seu voto. Está em tela. Trazer seu voto e a gente fazer aqui a votação.

**ISAC SILVEIRA – PDT – ENCAMINHANDO VOTAÇÃO**

Essa emenda busca ajustar o projeto e dar a ele melhor funcionalidade. Eu peço aos colegas que nos ajudem nessa perspectiva e que votemos a favor, pelo prosseguimento da emenda.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA CONDUZINDO VOTAÇÃO**

Como vota o vereador Anderson de Tuca?

**ANDERSON DE TUCA – PDT – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Com o relator.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA CONDUZINDO VOTAÇÃO**

Como vota *ad hoc* o vereador Soneca?

**SONECA – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Com o relator.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Professora Sonia.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Deixe-me ler aqui, por favor, com gentileza a emenda, que eu ouvi, mas preciso ler com detalhe. Um minuto só.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

O secretário, acho que ele compõe o da SMTT, não é? O de infraestrutura? Ele disse que foi pedido da prefeita, para que o vice-prefeito... Acredito que não. Tem conselho da saúde, conselho da educação. Sim, especificamente três continuaram com vice: EMURB, EMSURB e FUNCAJU.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – VOTANDO AD HOC PELA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Pois não, eu quero retomar aqui. Eu vou me abster e depois eu discuto no mérito, porque há contradição nessa indicação e eu vou discutir por conta de outros projetos aprovados aqui na Câmara Municipal.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Presidente, por quatro votos favoráveis na comissão, a emenda foi aprovada, na comissão de justiça.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Comissão de Obras, Maurício Maravilha.

**MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS**

Eu voto pela tramitação do projeto. Como vota o vereador Breno?

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Da emenda, viu?

**BRENO GARIBALDE – REDE – SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE OBRAS**

Sigo o relator.

**MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS**

Como vota o vereador Soneca?

**SONECA – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS**

Sigo o relator.

**MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS**

Como vota o vereador Alex?

**ALEX MELO – PRD – MEMBRO DA COMISSÃO DE OBRAS**

Eu também sigo o relator.

**MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS**

*Ad hoc*, como vota o vereador Anderson de Tuca?

**ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE OBRAS**

Com o relator.

**MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS**

Aprovado, senhor presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

A emenda está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.  
Para discutir, Sonia.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO EMENDA**

Eu quero chamar atenção que nós tivemos aqui, no ano passado, uma discussão bastante importante com audiências públicas, mais de uma, sobre a discussão do Conselho Municipal de Cultura e particularmente sobre o Plano Municipal de Cultura. Então, nós aprovamos uma lei para os próximos 10 anos que altera, nessa lei inclusive, que o presidente do Conselho de Cultura fosse o presidente da FUNCAJU à época ou... Hoje no caso nós estamos discutindo a perspectiva da criação de uma Secretaria de Cultura que nós também defendemos, é extremamente importante a política ser pautada por uma secretaria específica. Então, se a gente vota favorável no conjunto a essas alterações, eu penso que a gente está contrariando um projeto de lei que nós aprovamos, que já está previsto no Plano Municipal de Cultura e que não foi respeitado até o final da gestão. Essa é uma discussão que vai ter que ser trabalhada agora. Se a gente aprova um projeto de lei e traz a discussão da cultura no conjunto, a gente está desrespeitando uma das leis que nós aprovamos aqui em relação a cultura. Então, não posso votar favorável a um projeto que diz respeito, em um dos itens, a uma secretaria que já votamos aqui para não ser dessa forma a sua Constituição. E eu queria aqui também indicar que as pessoas aqui analisassem isso e também não votassem no conjunto essa alteração dessa emenda. Porque ela não está levando em consideração outra lei já aprovada. Então, não tem como votar porque ela está no conjunto. Não tem como votar favorável a essa emenda.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para discutir, Iran.

**IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO EMENDA**

Senhor presidente, o próprio Conselho Municipal de Políticas Culturais do município de Aracaju tem tido o cuidado de procurar os vereadores, já que todos os senhores devem ter recebido um documento formulado pelo conselho, ponderando algumas coisas que iremos tratar quando formos discutir, especificamente, o projeto de lei que trata da criação da Secretaria de Cultura. Aliás, aproveito a oportunidade para dizer que é uma iniciativa que eu louvo. Eu acho que é algo destacado, razão pela qual estamos tendo até agora uma sessão tranquila porque as iniciativas que estão sendo tratadas aqui de criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria de Cultura, com status de secretaria, a Secretaria das Pessoas com Deficiência, são pautas que para nós são muito caras e nós temos acordo com a criação dessa secretaria, a elevação dessas políticas ao status de secretaria. Contudo, essa percepção de que a direção dos

conselhos, a presidência do conselho, melhor dizendo, fica restrita a quem está dirigindo o Poder Executivo ou aos seus secretários, eu tenho total discordância com isso. Compreendo que os conselhos – e é assim em muitos lugares – têm que ter a possibilidade de, a partir do seu regimento, discutirem e elegerem quem vai dirigir aquele conselho. Porque os secretários, a prefeita, o vice-prefeito já fazem a direção macro, e dirigir também o conselho... Muitas vezes, o conselho... Veja, é o conselho que tem o condão de fiscalizar e aí quem preside o conselho é quem vai ser fiscalizado. Eu sempre tive aqui nesta Casa posição contrária a esse tipo de concepção. Acho que o conselho tem que ter a condição de escolher quem vai dirigir, de ser um dos representantes, inclusive da própria sociedade civil, que vai fiscalizar o Poder Executivo. Nesse sentido, eu também não votarei favorável a essa emenda especificamente.

### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para discutir, Pastor Diego.

### **PASTOR DIEGO – PP – DISCUTINDO EMENDA**

Senhor presidente, para discutir aqui e trazer apenas aqui um esclarecimento do aspecto formal e jurídico. Veja, a Lei Complementar nº 119 de 6 de fevereiro de 2013, que trata sobre essa estruturação. Uma lei complementar do Poder Executivo. E no seu artigo 91, lei complementar de 2013, no seu artigo 91 diz o seguinte: “A presidência dos conselhos de administração de cada uma das entidades da administração indireta do Poder Executivo municipal deve ser exercida pelo secretário municipal a cujo órgão está legalmente vinculado a entidade a qual pertence o colegiado. Parágrafo único. O presidente de cada uma das entidades que trata o caput deste artigo deve ser substituído em sua ausência ou impedimentos por outro secretário municipal presente na região do colegiado.”. Veja, está sendo proposto aqui uma alteração desse artigo 91. Escutem bem isso. Uma alteração desse artigo 91, foi a forma que o Executivo mandou, para que a gente tirasse do Poder Executivo essa responsabilidade e, legalmente, a gente colocasse essa responsabilidade para o responsável de cada pasta. Já estava com o vice-prefeito, já é uma competência pertinente ao vice-prefeito. O que a gente está fazendo aqui é apenas trazendo uma distribuição mais organizacional, mas a lei complementar, Professora, já colocava essa competência para o vice-prefeito. Qual é a situação que a senhora trouxe aqui? Quando a gente aprovou esse Plano de Cultura, será que esse plano de cultura, por si só, ele pode sobrepor o que está previsto numa lei complementar? Ou, primeiramente,

numa lei complementar, a gente teria que prever que essa competência seria para o respectivo responsável de cada órgão e, claro, a gente traz uma regulamentação numa lei ordinária específica. Deu para entender? Por mais que a gente tenha votado o Plano Municipal de Cultura, mas onde existe o comando de que a responsabilidade é do vice-prefeito é na lei complementar e não no Plano Municipal de Cultura. Então, primeiramente, precisava ter alteração aqui no que nós estamos discutindo hoje. Um aparte, professor.

#### **IRAN BARBOSA – PSOL – APARTE**

Pasto, o aparte é só para dizer: eu conheço o conteúdo dessa lei, inclusive eu estava nesta Casa quando ela foi aprovada. E se Vossa Excelência for ver, lá naquele momento, eu apresentei emendas exatamente para não ser desse jeito. Por isso, que nesta emenda, especificamente, não votarei para ser coerente com o que defendi lá atrás. Entendendo que existe uma lei que já diz dessa forma e eu me insurgei contra ela apresentando emendas. Por uma questão de concepção, eu não considero que deva ser o secretário ou o chefe do Executivo ou o seu vice-prefeito que devem presidir, em razão que eu me manifesto contra a emenda, porque, nessa concepção, eu não estou de acordo. Embora reconheça que existe uma lei aprovada aqui anteriormente que já trata dessa forma. Insurgei lá e, dessa maneira, insurjo aqui outra vez. Era só para esclarecer.

#### **PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO EMENDA**

Só um detalhe, Professora Sonia, para poder esclarecer. Se a gente não aprovar... Vamos dizer que a gente não aprova essa emenda de minha autoria. Como é que vai ficar? Vai ficar que o responsável, na lei complementar, que o responsável vai ser o secretário de cada pasta. Por mais que o Plano Municipal de Cultura diga uma coisa diferente, mas o que vai ser obedecido é o que está na lei complementar. Deu para entender? O que a gente está ajustando aqui é apenas a lei complementar. O que a gente discutiu em relação ao Plano Municipal de Cultura, depois a gente vai ter que buscar um alinhamento com o que está previsto na lei complementar.

#### **PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE**

Eu entendi, tenho consciência de que existe a lei complementar, mas tenho consciência também de que isso é um projeto de reestruturação, que também tem várias falhas. Falta aqui muitas coisas, que daqui a pouco eu vou discutir no conjunto. Mas não seria o caso de, inclusive encaminhar um projeto de reestruturação que pudesse já

alterar esse princípio que está lá na lei complementar para respeitar um outro princípio que é de alternância, inclusive da paridade, para evitar como está sendo alinhado os conselhos com essa característica, respeitando, inclusive, a regulamentação que existe hoje. Porque uma coisa é quando você trata de um conselho da EMURB ou da EMSURB, o próprio Condurb também, há sérios questionamentos sobre ele. Então, a gente precisa reforçar isso, agora que a gente está passando por um processo de reestruturação, porque nós não somos contrários aqui à reestruturação da forma como ela está apresentada. No conjunto, tenho questões a colocar no segundo momento. Mas agora, no conjunto, as secretarias que estão sendo propostas, da mulher, dos direitos da mulher, da pessoa com deficiência e da cultura, não temos desacordo. Mas é preciso repensar as características e essa relação de poder entre os conselhos e a própria estrutura do Executivo.

#### **PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO EMENDA**

Presidente, após os esclarecimentos aqui prestados, peço o apoio dos demais colegas.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para discutir, Vinícius.

#### **VINÍCIUS PORTO – PDT –DISCUTINDO EMENDA**

Presidente, veja, o Executivo encaminhou para esta Casa um projeto disciplinando, fazendo a reforma administrativa em várias áreas e em vários setores. E eu tenho algumas dúvidas com relação à admissibilidade de emendas por parte do Legislativo. Não estou analisando atores aqui, estou analisando a forma legal. Porque nós estamos apresentando uma emenda para que a Prefeitura tenha despesa. Isso está claro e evidente. Só se esse conselho não for remunerado. Se o conselho não for remunerado, eu não falo mais nada sobre isso. O Executivo encaminhou para esta Casa uma reforma administrativa, disciplinando, colocando... Será que o Legislativo tem possibilidade de apresentar emenda que vai acarretar a despesa para o Executivo? Esse é o meu questionamento. Aqui temos Presidente da Comissão de Justiça, Redação, outros juristas aqui. Se isso é possível. Se nós não vamos ultrapassar os nossos limites. Para que, amanhã ou depois, isso discorrido e que alguém entre na justiça... Era isso que eu queria. Se o conselho for gratuito, que tem alguns que são remunerados, outros não. Se

for não remunerado, tudo bem, mas se for remunerado, nós temos essa capacidade? Essa competência?

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Vinícius, permita-me um aparte, só para esclarecer. A lei complementar já estabelece que ele está em todos, a gente só está diminuindo, ele está só em três agora, a gente está restringindo. Entendeu?

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

Mas uma coisa é ser presidente, outra coisa é ser membro.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Não, mas ele estava como presidente em todos. A lei complementar já previu que ele era presidente de todos.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

O projeto que veio do Executivo não é isso. Hoje é desse jeito, dessa forma.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Não, entenda... Então, o projeto do Executivo...

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

Essa modificação está sendo feita pelo Executivo, não é isso?

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Exatamente.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

O Executivo pode fazer o que ele quiser. Pode encaminhar para cá o projeto que ele quiser.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Certo.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

O que eu estou pensando é se nós temos a competência de emendar um projeto de vem do Executivo e que tenha despesa.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Mas a situação, na minha visão... Eu entendi o que Vossa Excelência está falando. Na minha visão, nós não estamos mudando uma realidade, já existe uma realidade e a proposta que é apresentada diminui a realidade que já existe. Entendeu?

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Nós estamos alterando na conformação do conselho e não a pecúnia, não valores. Se estivesse aqui alterando valores, aí sim. Mas o custo do conselho já está previsto em lei anterior.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Não, a pergunta dele não é essa, não. A pergunta dele, Isac, é a seguinte... Eu entendi o que ele está falando. Hoje existe uma previsão, atualmente, de que o vice-prefeito está em todos os conselhos. E aí você tem o jetom, você tem a forma dele receber por causa disso. Aí a prefeitura envia uma proposta que tira dele essa responsabilidade, mas vai para os secretários. A questão que ele está colocando é o seguinte... Exatamente.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

Certo. O que eu quero dizer é o seguinte: se cabe a nós decidirmos se o vice-prefeito vai ser... Calma, vereador. Tenha paciência. Oxente, o que é isso? Vamos respeitar os colegas aqui. Não pode ser “vai, vai, vai”. Tenha calma. Tem um colega seu aqui.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vamos lá, vamos respeitar a fala do colega Vinícius. Vamos lá, Vinícius, está assegurado o direito de fala. Vamos lá.

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

Obrigado, presidente. Então, é isso que eu quero fazer... Eu não estou falando dos atores, pelo amor de Deus. Nada pessoal contra ninguém. Só quero saber se nós podemos fazer isto. É isso que eu quero...

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Presidente, com todo respeito...

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

Aí o líder da prefeita diz que pode. Eu quero que você me convença. Eu quero que você me convença. “Pode por causa disso, disso e disso...”. Pronto, aí eu estou convencido.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Veja, eu vou repetir, por favor, permita-me. Presidente, por favor. Veja, a formação do conselho e as suas gestões estão estabelecidas. Quer ocupe o secretário, quer ocupe o vice-prefeito, quer ocupe outra figura. Qualquer uma das figuras, dos representantes sujeitos, terão direito... Se esse conselho tiver jetom, terão direito ao jetom. Então, não haverá acréscimo, nem decréscimo de valor algum. Nós estamos dizendo apenas que ele ocupará a presidência. Se fosse o secretário, receberia do mesmo jeito. Se fosse o outro, a secretaria de governo, receberia da mesma forma esse recurso. Concorda comigo?

**VINÍCIUS PORTO – PDT – DISCUTINDO EMENDA**

Esse é um ato discricionário da prefeita, do Executivo. Será que nós teríamos a competência de dizer assim: “Olha, o Conselho ‘A’ vai ser presidido, a partir da aprovação desse projeto, pelo secretário...”. Não cabe a nós fazer isso. É um ato discricionário da prefeita, do Executivo. Isso é o que eu acho. Eu quero que vocês me convençam que eu estou errado, é só isso.

**PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE**

Não. Vinícius, só uma observação, nós somos vedados a criar cargo e a implementar a despesa. A gente não está fazendo nenhuma coisa nem outra. Então, na minha percepção, não tem nenhuma vedação para a proposta que está sendo apresentada, entendeu?

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Eu entendi, Vinícius, o que foi que você pontuou. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Votação nominal.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – ENCAMINHANDO VOTO**

Encaminhar, presidente.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Pode caminhar, vereador Isac.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – ENCAMINHANDO VOTO**

Encaminhar pela aprovação dos caros colegas da base aliada, da emenda proposta pelo vereador Pastor Diego.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Para justificar o voto, professor Iran.

**IRAN BARBOSA – PSOL – JUSTIFICANDO FOTO**

Presidente, eu quero justificar o meu voto dizendo o seguinte: eu não estou nem levantando aqui o debate financeiro nessa questão. Para ficar registrado aqui que eu não concordo com a tese de que a presidência dos conselhos, seja ele qual for, deva ser assumida pelo...

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Vice-prefeito, secretário.

**IRAN BARBOSA – PSOL – JUSTIFICANDO FOTO**

Prefeito, vice-prefeito ou pelos secretários. Sei que esse é a regra que existe na lei. Como a emenda traz de volta um debate sobre isso, eu me sinto desconfortável em votar favorável a ela. Porque eu não concordo com a tese originária. Era só isso.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Entendi, perfeitamente. Lúcio vai justificar o voto? Lúcio.

**LÚCIO FLÁVIO – PL – JUSTIFICANDO FOTO**

Apenas para justificar o voto, é que, até para tranquilizar o colega Vinícius em relação a despesas, eu acho que isso já está pacificado. Não haverá nenhuma mudança de custos, é só a mudança da indicação da gestão para quem ocupará a presidência. E de outra forma, sendo emenda consensual com o líder e com o Executivo, o meu voto será favorável.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Para justificar o voto, por favor.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Pode justificar, Professora Sonia.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Então, acho que nosso argumento... Embora eu ache que esse debate sobre jetom ou não, ele é necessário, acho que em breve a gente vai ter que voltar a discuti-lo aqui. Eu também sou contrária a esse tipo de recebimento de jetom, mas não é esse o debate que a gente está fazendo aqui. Entendi a colocação do vereador Vinícius Porto, mas quero reafirmar aqui que, por princípio, nós somos contrárias a essa forma de estruturação dos conselhos, sendo mantida a presidência pelos secretários tal qual está sendo colocada pelo projeto de lei. Obrigada.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Não havendo quem mais possa atribuir o seu voto, nem justificá-lo, nós declaramos encerrada a votação. São 19 votos favoráveis à emenda, dois votos contrários, nenhuma abstenção. Aprovada a emenda do Pastor Diego.

Agora o projeto está em discussão, em segunda votação. Para discutir, Professora Sonia.

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO**

Primeiro, eu quero fazer uma colocação que é geral para todo o projeto de lei. Quero aqui dizer que o projeto, apesar de ter secretarias importantes, que nós vamos defender aqui também, do significado dessas secretarias para a implementação de políticas públicas. Porque no momento que a gente tem políticas específicas que estão diluída, a gente não consegue atender as necessidades e nem, inclusive, garantir um orçamento que chegue até as pessoas, ou seja, que as pessoas estejam incluídas de fato no orçamento. Nesse sentido, nós já queremos aqui dizer que uma das falhas do envio desse projeto está na não descrição daquilo que é dever, e a prefeita sabe disso, que não se cumpre o artigo 113 das disposições transitórias da Constituição Federal, que fala exatamente que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de despesa deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário financeiro. E o projeto do Executivo não traz nenhuma estimativa do impacto financeiro e cria despesa. Não é qualquer secretaria, são quatro secretarias, três delas vão precisar ser bem estruturadas para atenderem à sua finalidade. Porque criar secretaria e ela não atender a sua finalidade, ela não garantir autonomia financeira para desenvolver a política, não vai adiantar nada. Aí é uma medida populista, certo? Então, essa é a primeira falha do projeto como um todo. Segundo, existe uma secretaria que

está destinada a fazer as parcerias, a fazer o planejamento, o orçamento e a gestão. O projeto apresenta a proposta da criação de uma nova secretaria para fazer parte do que a secretaria de orçamento, de planejamento, de gestão faz, mas ela tem nitidamente um único interesse, que está explícito lá, descrito, que é avançar com as parcerias público-privadas e as parcerias públicas institucionais. Primeiro, eu sou radicalmente contra a parceria público-privada, porque ela só tem prestado um desserviço à sociedade. Porque os nossos recursos públicos estão indo para avançar no processo da privatização dos serviços, e serviços essenciais à população, serviços essenciais. Segundo, a gente está criando uma secretaria, ou seja, a prefeita está propondo a criação de uma secretaria que ela repete... Ela esvazia um pedacinho, mas ela não esvazia a outra secretaria completamente. Não apresenta nenhum estudo de impacto de quanto essa secretaria vai custar para ser criada, para fazer praticamente... Porque ela não fez alteração da outra secretaria. É tão ruim a proposta, que só fez, com outras palavras, a criação dessa secretaria para fazer as parcerias sem alterar, inclusive, o perfil da outra secretaria, a caracterização da outra e a sua finalidade. Então, a gente não pode ficar calado diante disso. Isso aqui é para mais dinheiro nosso ir para uma secretaria, para ser gerida por cargos comissionados e para fazer parceria público-privada. Então, nós vemos isso com muita preocupação, inclusive, o que eu estou colocando aqui, não em relação a parceria público-privada, mas a vereadora Emília, enquanto vereadora, ela também batia de frente com os projetos que chegavam aqui de reestruturação da Administração Pública por algumas razões que eu coloco aqui hoje. E nós votamos juntas, várias vezes, como bancada da oposição, contra os projetos dessa natureza. Então, apesar de, volto aqui a repetir, dizer da importância da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria da Cultura e da Secretaria dos Direitos da Mulher, eu não posso negar aqui que o que a prefeita enviou para esta Casa desrespeita a constituição, que está previsto na constituição, e desrespeita também toda uma discussão política contra a privatização dos serviços. Então, nós precisamos colocar isso na pauta, deixar explícito para que as coisas estejam colocadas no devido lugar, porque esse é o nosso dever. É o recurso público para alimentar uma estrutura e uma estrutura que vai ser, no caso de uma secretaria para parceria público-privada, é mais uma estrutura que vai agir contra o próprio avanço dos serviços públicos, tal qual vem sendo defendido na fala, nas suas discussões, na apresentação pública da prefeita Emilia Corrêa. Então, eu sou contra esses dois aspectos e queria ressaltar aqui e deixar explícito para todas as pessoas que estão acompanhando esta sessão, para a população aracajuana, que nós vamos voltar

aqui hoje em um projeto que tem esses dois problemas e uma falha, porque não tem impacto. Isso vai também incidir sobre a formatação dessa secretaria, sobre a futura criação de cargos, para que ela não vire uma secretaria de letras mortas, para que ela não crie uma secretaria apenas com caráter populista e que quem ocupe essa secretaria não possa desempenhar suas funções. É preciso deixar isso registrado aqui hoje.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB**

Para discutir, vereador Camilo.

**CAMILO DANIEL – PT – DISCUTINDO PROJETO**

Apesar da máxima de achar que quem ganha eleição deve organizar a casa de modo que consiga fazer a sua gestão de acordo com seu programa e suas pautas, e digo isso para dizer que não sou contrário a criação e a reorganização de um novo organograma no município, mas eu concordo profundamente com a reflexão que a Professora Sonia Meire fez aqui nesta Casa. Eu acho que enquanto o mundo inteiro, presidente Byron, enquanto o mundo inteiro está revendo privatizações, por exemplo, em áreas e setores estratégicos, enquanto a gente mesmo aqui na cidade de Aracaju, já viu a experiência da privatização da saúde e do que ocorreu nos últimos anos aqui na cidade, que acabou aprofundando ainda mais a crise nossa da saúde do nosso município. Eu acho que a impressão que dá, e aí, vereador Isac, eu gostaria muito de sua atenção com relação a isso, mas a impressão que dá é que está se criando uma secretaria especializada para organizar as privatizações do município de Aracaju. Eu não sei se é isso, mas no nome está dizendo aqui: parcerias e investimentos. Conversando com Fábio Uchôa, o secretário Fábio Uchôa, acho que tem um mês, mais ou menos, quando fui dialogar sobre uma das nossas emendas, ele falava que a expectativa dele com aquela secretaria era algo similar ao que existe hoje com a experiência do governo do Estado aqui, que eu esqueci o nome do projeto. Mas é o projeto que fez a privatização da Deso, que buscou os investimentos... Isso, exatamente. Então, eu gostaria de saber, porque a questão colocada aqui é a seguinte, veja, a reflexão que a Professora Sonia Meire trouxe, e eu estou tentando aprofundar um pouco nesse viés, é exatamente essa questão. Porque se isso aí for, vamos dizer, uma premissa do novo governo Emília, o que a gente pode ver daqui para frente é um processo de privatização da educação, é um processo de aprofundamento da privatização da saúde, e nisso vem todas as outras áreas do nosso município. Isso, de fato, me causa muita preocupação. Se, a partir disso, o governo, a liderança, o vereador Isac e outros vereadores que tiverem mais

entendimento a respeito disso puderem fazer esclarecimentos, eu acho muito interessante. Porque, como falei a princípio, acho que o resultado da urna é completamente legítimo. A prefeita Emília venceu a eleição, venceu sobre algumas pautas. Essas pautas, ela quer colocar no organograma do governo e quer representar essa agenda na sua estrutura organizacional ai do governo. E eu, particularmente, não tenho discordância com relação a isso. Agora, causa-me muita estranheza, mais uma vez, causa-me muita estranheza o nome da secretaria ter como “parcerias e investimentos”, atrair recursos, iniciativa privada. Então, eu gostaria de saber isso. Tendo isso, na verdade, como um farol dessa gestão, de fato, cria um risco muito grande para a Administração Pública e para o povo da cidade de Aracaju. Eram essas as reflexões. Acho que tem debate. Queria, se possível, ouvir, dentro desse tema, o líder Isac, o líder do governo Isac e outros vereadores, para que a gente consiga seguir com mais tranquilidade no nosso voto aqui nessa tarde de hoje. Obrigado, presidente Ricardo.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Continua em discussão.

**ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO**

Vereador Camilo, que eu tenho tanto carinho, eu penso que ele vive sobre o espectro do Rui Costa... Por sinal, está aqui hoje, o Rui Costa, não é? Que foi um dos governadores, o homem que mais fez PPPs no Brasil, ele do PT. Foi o que mais fez PPPs. E é quem tem incentivado o governo nessa perspectiva. Mas eu não estou dizendo para lhe atingir, não. Estou dizendo apenas que parcerias em PPPs, muito provavelmente, serão propostas. A Prefeita já colocou isso para nós, mas nós vamos ter que criar as condições legislativas para que tudo passe por aqui e a gente possa definir. Existem PPPs, parcerias e parcerias. E o senhor sabe que nós compartilhamos algumas concepções e a prefeita Emília sabe que não abrimos as mãos de que serviços essenciais à população, a gente não quer repassar isso para o setor privado, já que ele já participa de uma parte do bolo da administração com empresa privada e tudo mais. Então, a expressão parceria que contém no texto é uma realidade no mundo inteiro e nos diversos governos. Então, não há nenhum tipo de subterfúgio, nem de engano. Haverá, certamente, algumas parcerias privadas e o Parlamento vai ter a capacidade de ajustar e dizer aquilo que é razoável, que é bom para o povo da Aracaju, e quem tiver a maioria, quem tiver o melhor consenso, certamente vencerá o debate ou levará a bom termo o

debate. Está joia, querido? Mas sei da sua posição estatista, defende um Estado forte, nós compartilhamos da social-democracia. Obrigado.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Não havendo mais quem queira discutir. O projeto está em votação. Votação nominal. O projeto está em votação, em segunda votação. No painel, viu? Nominal. É o geral ainda. Estamos no geral. Segunda votação. Justificar o voto, Professora Sonia?

**PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO**

Voto “sim”, porque entendo que no conjunto do projeto existem secretarias que precisam avançar. Mas, na hora de votar em cada secretaria, eu darei o meu voto, inclusive votarei “não” para essa outra secretaria, pelas razões aqui expostas.

**PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Votação concluída. Vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção. Aprovado. Convoco outra Sessão Extraordinária para daqui a alguns segundos. Declarando encerrada a presente sessão.

**[SESSÃO ENCERRADA]**

*Texto revisado por Maria Tereza Melo Mendonça.*